

Registro de novas firmas sobe 65% no DF

A Junta Comercial do Distrito Federal registrou, no mês de agosto, cerca de mil 300 pedidos de abertura de novas empresas, um aumento de 65 por cento em relação ao mesmo período de 1990. Nos últimos meses, segundo estimativa de Guilherme Cabral Júnior, presidente da Junta Comercial, tem crescido o número de registros de novas empresas, tanto comercial quanto industrial. De janeiro a agosto foram constituídas seis mil 436 empresas, número significativo se comparado ao ano passado, quando foram abertas oito mil 156 novas firmas.

Somente o Programa de Industrialização do DF (Proin) é responsável pela implantação de 145 novas empresas, que ocuparão uma área de 302 mil 974 metros quadrados. Juntas elas gerarão 11 mil 860 novos empregos. Do total de projetos aprovados pelo Proin,

35 receberam os incentivos do Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI); 37 empresas conseguiram isenção do pagamento do IPTU; 19 receberam empréstimo de 70 por cento dos créditos de ICM; para sete empresas o empréstimo de ICM foi de apenas 30 por cento; e para outras 19 firmas o empréstimo foi de 50 por cento, segundo dados do Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Diante desse quadro é até contraditório falar em recessão. Mas os empresários estabelecidos no Distrito Federal reclamam que as duras medidas econômicas, de contenção da escalada inflacionária, estão colocando suas firmas na corda bamba. E não é sem razão, como constata a Associação Comercial do DF e o Clube de Diretores Lojistas. Nos primeiros sete meses deste ano foram protestados 47 mil 827 titu-

los, um número 350 por cento superior ao registrado no mesmo período do ano passado, pelas estatísticas do Sebras.

Diagnóstico — O termômetro que dita o comportamento do mercado, segundo o Clube de Diretores Lojistas, são as consultas ao Departamento de Proteção ao Crédito (DPC), que representam as compras a prazo, e ao Telecheque, que dá um diagnóstico das vendas à vista. A elevação súbita das taxas de juros fez cair as compras pelo crediário de julho para agosto, apesar da liberação dos cruzados novos. Essa constatação deve-se ao número de consultas dirigidas ao DPC, que em julho foram de 109 mil 381, e em agosto de 99 mil 305. As vendas à vista também foram desaquecidas, com o total de consultas ao Telecheque caindo de 72 mil 319, em julho, para 70 mil 585 mês passado. Isso para o comércio.



Empresário prevê um quadro sombrio

“Nunca vivemos uma situação tão ruim e sem perspectivas como a atual”. O desabafo é feito pelo presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Nuri Andraus Gassani. Ele descreve um quadro sombrio quando se trata do futuro das empresas. No início do governo Collor, garante, as empresas tinham reservas, davam lucro e os trabalhadores recebiam salários “razoáveis”. “Hoje os salários são os piores da história, as empresas não possuem mais reservas e o Governo perdeu toda a credibilidade”, dispara Nuri Andraus. Segundo ele, algumas empresas registram déficit de até Cr\$ 10 milhões.



Mas os números parecem contradizer o presidente da Associação Comercial do DF. É que os estímulos oferecidos pelo GDF, através do Proin, têm levado muitos empresários até de fora de Brasília a investirem no parque industrial local. Nos oito primeiros meses do ano registraram-se mil 446 novas empresas, sendo que durante todo o ano de 1990

foram constituídas 8 mil 156 empresas. Ao lado desses dados estão as estatísticas sobre falências e concordatas.

Pelos dados da Vara de Falência e Concordatas, de 1987 até agosto último, 23 empresas entraram em processo de falência e outras 28 pediram concordata preventiva. Em agosto de 1990, a Vara de Registros Públicos recebeu seis pedidos de falência, mas este ano, no mesmo mês, esses pedidos subiram para 27. Significa que, se aumenta o número de falências quer dizer que também existe uma grande quantidade de inadimplentes, ou seja, de empresários que estão deixando de pagar suas contas. A consequência natural é haver uma elevação das demissões.

A Junta Comercial constatou que no mês passado, 54 empresas apresentaram pedidos de cancelamento das razões sociais. No mesmo período do ano passado os cancelamentos incluíam 31 empresas. Durante todo o ano de 1990 foram abertas 8 mil 156 empresas, mas cinco por cento delas, 415 firmas, tiveram seus registros cancelados. De janeiro até agosto, a Junta Comercial já recebeu 243 cancelamentos. Mesmo assim,

Guilherme Cabral Júnior afirma que não há recessão. “Não vejo recessão nenhuma no País. O brasileiro é muito acomodado e a maioria não sabe nem quanto custa um litro de leite ou a passagem de um ônibus”.

Ele próprio, no entanto, diz que o número de pedidos de cancelamento de empresas vai aumentar em razão da Lei 8.209, editada pelo presidente Fernando Collor dia 18 de julho. A lei diz que as empresas que não estiverem legalizadas serão extintas caso não estejam funcionando regularmente desde janeiro. Essa lei, explica Guilherme Cabral, evita burocracias, permitindo que os empresários resolvam a questão diretamente na Junta Comercial. “Isso deve reduzir o número de empresas constituídas no DF em cerca de 30 por cento”, estima.

Os empresários que resolveram encarar a crise e investir tanto na indústria como no incremento da produção agrícola o remédio é buscar financiamento para tocar os projetos. Dentro do Proin, o Banco de Brasília (BRB) pretende liberar, até dezembro, Cr\$ 300 milhões, mais Cr\$ 80 milhões do Fundo de Desenvolvimento no DF (Fundef).